

**A. I. N °** - 938590-820/08  
**AUTUADO** - BENILDO SAMPAIO BOSQUE  
**AUTUANTES** - CARLOS AUGUSTO REBELLO  
**ORIGEM** - IFMT/METRO  
**INTERNET** - 19.03.2009

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0022-02/09**

ICMS. TRANSPORTE DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovada documentalmente a base de cálculo. Na saída de mercadoria do estabelecimento de contribuinte deve ser emitida a Nota Fiscal correspondente para documentar a realização da operação. A nota fiscal apresentada não se refere à operação em questão. As mercadorias apreendidas constam dos pedidos anexos ao Termo de Apreensão. Auto de Infração PROCEDENTE. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 11/07/2008, traz a exigência do ICMS no valor de R\$1.479,95, além da multa de 100%, concernente à operação ou prestação sem documento fiscal ou com documento fiscal inidôneo. Consta do Termo de Apreensão, à fl. 02, que foram apreendidos os produtos de números 551/005, 551/006, 606/001 e 551/004, desacompanhados de notas fiscais, e que após a ação fiscal foi apresentada a nota fiscal nº 013186, com data de emissão e saída de 30.05.2008.

O autuado, às fls. 42 a 45, alega, preliminarmente, nulidade, pois entende que não foram relacionadas no Termo de Apreensão as mercadorias apreendidas, impedindo-lhe que tome conhecimento das mercadorias alvo da autuação.

Afirma que cotejando os produtos que recebeu como depositária fiel e os descritos na nota fiscal nº 013186, supõe que autuação teve como fundamento a não apresentação de tal documento fiscal no exato momento da abordagem do veículo transportador. Afirma que o preço final das mercadorias dessa nota foi R\$2.658,00. Assim, indaga: como foi possível encontrar o valor de R\$8.705,59?

Quanto ao mérito, alega que o veículo transportador foi abordado pelo autuante, o qual solicitou os documentos fiscais, tendo o ajudante entregue imediatamente a prancheta com as notas fiscais e boletos de pagamento. O autuante, continua o impugnante, de posse das notas fiscais, pediu que o veículo fosse a SEFAZ. Afirma que no caminho o motorista tentou entregar a nota fiscal nº 13186, devolvida pelo cliente Mine Comércio de Alimentos Ltda. ME, que se encontrava em sua agenda. Assegura que o autuante, contudo, alegou que a entrega era posterior e não elidia a infração.

Afirma que teria entregue a nota durante a ação fiscal, tanto é verdade que tal observação foi anotada no Termo de Apreensão.

Aduz que todos os produtos são calçados e estão com o tributo pago por antecipação, fato que pode ser observado pela análise dos documentos anexos.

Pede a nulidade ou a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, à fl. 72, apresenta a informação fiscal, alegando que as mercadorias sem nota fiscal, constam do pedido às fls. 05, 06, 07, 09 e 11 dos autos, cabendo ao autuado a responsabilidade constante do art. 39 RICMS/BA.

Em relação à nota fiscal apresentada e datada de 30/05/2008, afirma que o Auto de Infração foi lavrado em 11/07/2008, assim a aludida nota é estranha a ação fiscal.

Mantém a exigência fiscal no valor original de R\$1.479,95.

#### **VOTO**

O Auto de Infração, ora impugnado, traz a exigência do ICMS no valor de R\$ 1.479,95, concernente à operação ou prestação sem documento fiscal ou com documento fiscal inidôneo.

Cabe, preliminarmente, consignar que as mercadorias apreendidas, constam do pedido às fls. 05, 06, 07, 09 e 11, onde constam as mercadorias alvo da presente exigência, aos quais faz referência o termo de apreensão, à fl. 02, devidamente assinado pelo detentor das mercadorias apreendidas. Assim, não há razão para o desconhecimento do autuado quanto às mercadorias alvo da exigência. Tanto é verdade que descreve os produtos e questiona os seus valores.

Verifico que à nota fiscal apresentada, conforme destaca o autuante, é datada de 30/05/2008, e o Termo de Apreensão e o Auto de Infração foram lavrados em 11/07/2008, bem como não consta da nota nenhum elemento que caracterize a mencionada devolução, ou mesmo carimbo dos postos fiscais, nem mesmo a natureza da operação, observações do adquirente ou qualquer outro indicativo da consistência relativa às alegações do autuado. Assim, fica caracterizada a circulação da mercadoria com nota fiscal inidônea.

Quanto aos preços atribuídos às mercadorias, para compor a base de cálculo do imposto exigido, foram extraídos dos próprios pedidos constantes dos autos, conforme já mencionado, não havendo, também, amparo para o acolhimento das arguições do autuado, a nota que alega ser de devolução não é idônea, nem mesmo coincide com o total dos produtos apreendidos, além do autuado não especificar quais as mercadorias que discorda dos valores consignados pelo autuante, restando à manutenção da base de cálculo apurada pelo autuante, com base nos preços constantes dos pedidos que identificam as mercadorias, alvo da presente exigência.

Voto pela Procedência do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

**ACORDAM** os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração lavrado contra devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.479,95**, acrescido da multa 100%, prevista nos inciso IV, alíneas “a” do art. 42, da Lei 7014/96, e os acréscimos legais.

Sala das Sessões CONSEF, 10 de março de 2009

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE/RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA

FRANCISCO ATANÁZIO DE SANTANA – JULGADOR